



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 19/05/2022

OPORTUNE COMERCIAL EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.067.286/0001-41, estabelecida na Rua Mario De Alencar, Nº 95 - Laranjal - São Gonçalo - RJ Cep 24.725-170, por seu Representante, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93, interpor à presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos seguintes fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

DOS FATOS

O Edital prevê a realização no dia **19/05/2022**, a partir das **10:00 horas**, o início de PREGÃO ELETRÔNICO, que objetiva a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE para atender a Secretaria Municipal de Educação**, conforme especificações detalhadas constantes no Edital ora impugnado.

Prevê ainda o Edital, que somente poderão participar do presente certame, os interessados que preencherem TODAS as condições de credenciamento e as exigências contidas nele e em seus anexos, inclusive quanto à compatibilidade do objeto e à documentação.

INICIALMENTE - DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é feita por pretense licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do art. 24 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, vejamos:

"...

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

...”

Faz-se necessário, contudo, estabelecer os critérios a serem utilizados na contagem desse prazo.

Prevê a regra geral das licitações, Lei nº 8.666/93, em seu artigo 110, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta.

Assim, tendo em vista a data designada para dia 19/05/2022, fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início, o primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18, o segundo é o dia 17 e o terceiro e último dia, portanto, dia 16, no último minuto do encerramento do expediente no órgão.

Portando, tempestiva a presente Impugnação.

DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Consta no Edital, em especial no item 10.14, a informação de que o prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da apresentação.

O prazo de validade das propostas deverá ser alterado para tão somente 60 (sessenta) dias, conforme art. 6º da Lei 10.520/02.

O permissivo constante no artigo acima de que outro prazo fixado no Edital, deve a Administração atender ao princípio da razoabilidade, de forma a não fixar prazo excessivo ou abusivo.

Estamos vivenciando um momento único no país e no mundo, em razão da pandemia mundial causada pelo Corona Vírus, onde o mercado financeiro e o câmbio vem flutuando de forma extrema.

Tratam-se de produtos de origem estrangeira, ou mesmo que nacional, tem o preço de suas matérias primas vinculadas a moeda americana dólar, cuja variação cambial vem em uma crescente sem precedentes.

A título de exemplo, os cadernos tem sua matéria prima vinculada a celulose, que é uma commodity. A variação de preços é diária em razão da alta do dólar, sendo imprudente pelo fornecedor firmar um preço que o obrigará por 90 (noventa) dias, a assumir um fornecimento de mais 12 (doze) meses.

Eis as razões para alteração deste item do Edital, o que se requer seja acatada e alterado, garantindo assim, a ampliação na participação no certame.

DO FORNECIMENTO - PRAZO DE ENTREGA

Compulsando o Edital, verificamos que pelo Anexo I, em seu item 6.1, consta que o fornecimento dar-se-á em 20 (vinte) dias, após o recebimento da Nota de Empenho.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

Trata-se de itens personalizados, não podendo ser mantido no momento atual de pandemia e instabilidade industrial, o prazo previsto, sendo penoso e arriscado ao licitante, que poderá ser penalizado por eventual entrega com atraso.

Tal alteração se faz necessária em razão da falta de matéria prima no mercado, tal como embalagem, plástico e papel.

Assim, deve o Ente Público se adequar as novas circunstâncias já experimentadas pelo mercado, devendo ser estendido o prazo de entrega, ainda mais por tratar-se de itens personalizados.

Esperamos assim, seja alterado o prazo de entrega para 60 (sessenta) dias úteis, que se mostra mais razoável.

Nota-se que não haverá qualquer prejuízo, pois se a empresa tiver condições de entregar antes do prazo, mais rápido também será o pagamento pelo produto.

O que se pretende evitar é a penalidade às empresas, em eventuais atrasos, em razão do prazo exíguo para cumprimento da obrigação.

DAS AMOSTRAS

Compulsando o Edital, não constatamos titulação ou capitulação própria no tocante a apresentação de amostras.

Compulsando o Anexo I, verificamos a informação constante em alguns descritivos dos itens, em especial dos cadernos, a descrição:

"Não há necessidade de apresentação de objetos personalizados na apresentação de amostras, sendo disponibilizado a arte para a empresa vencedora ao final do certame."

Porém, não é informado pelo Edital e seus Anexos, o prazo para apresentação das amostras, mesmo sem personalização.

Deve ser previamente informado o prazo a ser concedido, devendo este ser razoável, que sugerimos de 15 (quinze) dias úteis para a apresentação da mesma, pois a exigência de apresentação em prazo inferior, oneraria em muito o participante, que, independente de saber se será o vencedor, deverá preparar as amostras, o que, certamente, diminui a competitividade e participação de empresas na licitação em questão, vedando a participação de empresas de outros estados, principalmente.

Assim, serve a presente Impugnação para ver satisfeita a omissão ora detectada, devendo o Sr. Pregoeiro informar qual o prazo para a apresentação de amostras.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

DA ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

**TIPO DE CADERNO ESPECIAL COM GRAMATURA DA CAPA DO CADERNO
ACIMA DO MÍNIMO ADMITIDO NA NORMA TÉCNICA
MATÉRIA JÁ DISCUTIDA EM DIVERSOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

**DIVERGÊNCIA APRESENTADA NA ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL -
TERMO DE REFERÊNCIA EM FACE DO DOCUMENTO RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTE NO SITIO
ELETRÔNICO ONDE REALIZAR-SE-Á O PREGÃO**

**Constatamos divergência nas especificações dos materiais
constante no Anexo I do Edital e do Relação de Itens existente no
comprasNet.**

**Tal divergência pode levar o licitante à erro, devendo o
Sr. Pregoeiro se manifestar.**

**Em que pese a divergência, ambas estão ferindo a Norma
Técnica que regula os produtos.**

Ao compulsarmos o Edital, em especial o Anexo I - Termo de Referência e, o documento Relação de Itens, constante do sitio eletrônico do ComprasNet, verificamos em vários itens exigências pouco usuais, que dificultam a participação das licitantes e diminuem o caráter competitivo da licitação.

Em especial os Cadernos, itens 52; 53; 54; 55; 63; 64; 65; 66, constam exigências que fazem com que os produtos sejam considerados como especiais, eis que fora da especificação da norma própria, o que onera em muito os cofres públicos, além de impedir a participação de empresas no certame, vejamos:

Em especial no item 52, 55, 63 e 66 do Anexo I, Caderno Grande Brochura e Caderno Pauta Dupla Grande, o que vem dificultando a cotação junto a fornecedores é a exigência quanto a gramatura da capa e contracapa, miolo e dimensões.

Com relação a gramatura da capa e contracapa, a exigência é de que o papelão seja de 800 g/m², revestido com papel de 120g/m². Cabe dizer que a Norma ABNT NBR 15.733, que trata e normatiza cadernos escolares quanto a tecnologia gráfica e seus requisitos, determina que o papel utilizado no revestimento da capa seja de 90 g/m²; que o papelão deve ser de 600 g/m²; guarda de 75 g/m². Quanto ao miolo, a exigência de ser de 63g/m², porém a Norma determina que tenha gramatura mínima de 56g/m². Assim, as exigências apresentadas para estes itens ferem de morte o princípio da economicidade, vez que pouquíssimas empresas conseguirão fornecer o material, além de onerar em muito o valor final do produto, e tornar a competição desigual, pois foge das especificações mínimas contida na Norma. Deve ser alterado a presente especificação no tocante aos pontos aqui impugnados, passando a ser exigido o previsto pela Norma ABNT NBR 15.733.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

Quanto ao formato, a Norma ABNT NBR 15.733 prevê cadernos 1/8, cuja medida é 100mm de largura x 140mm de altura; cadernos 1/4, cuja medida é 140mm de largura x 200mm de altura; cadernos universitários, cuja medida é 200mm de largura x 275mm de altura. Assim, a medida exigida de 280mm x 210mm extrapola a Norma regulamentadora, tornando-o um produto especial, fora de linha, o que dificulta a participação de empresas no certame, diminuindo a competitividade.

Em especial no item 53, 54, 64 e 65 do Anexo I, Caderno de Desenho Grande e Caderno Meia Pauta, o que vem dificultando a cotação junto a fornecedores é a exigência quanto a gramatura da capa e contracapa, miolo e dimensões.

Com relação a gramatura da capa e contracapa, a exigência é de que o papelão seja de 800 g/m². Cabe dizer que a Norma ABNT NBR 15.732, que trata e normatiza cadernos de cartografia e de desenho quanto a tecnologia gráfica e seus requisitos, determina que o papel utilizado no revestimento da capa seja de 90 g/m²; que o papelão deve ser de 600 g/m²; guarda de 75 g/m². Quanto ao miolo, a exigência de ser de 63g/m², porém a Norma determina que tenha gramatura mínima de 56g/m². Assim, as exigências apresentadas para estes itens ferem de morte o princípio da economicidade, vez que pouquíssimas empresas conseguirão fornecer o material, além de onerar em muito o valor final do produto, e tornar a competição desigual, pois foge das especificações mínimas contida na Norma. Deve ser alterado a presente especificação no tocante aos pontos aqui impugnados, passando a ser exigido o previsto pela Norma ABNT NBR 15.732.

Quanto ao formato, a Norma ABNT NBR 15.732 prevê cadernos 1/4, cuja medida é 200mm de largura x 140mm de altura; cadernos de desenho, cuja medida é 275mm de largura x 200mm de altura. Assim, a medida exigida de 300mm x 210mm extrapola a Norma regulamentadora, tornando-o um produto especial, fora de linha, o que dificulta a participação de empresas no certame, diminuindo a competitividade.

As exigências fazem com que apenas poucas empresas atendam o Edital, criando obstáculos para a livre licitação e participação de empresas interessadas no fornecimento do material.

A Impugnante não tem como se resignar com essas exigências, ferindo de morte os Princípios Constitucionais que regem a questão, em especial os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade, além da Norma ABNT NBR que regulam os produtos em questão.

Assim, devem os itens acima ter modificada sua especificação, pois dificulta a participação no certame de outras empresas.

A Impugnante pede vênias para ressaltar que a manutenção da especificação afronta contra o caráter competitivo da licitação.

Ademais, a manutenção destas especificações onera em muito o valor dos produtos, trazendo, inclusive, aumento desnecessário e injustificado dos custos ao cofre municipal.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. CEP: 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

Desta forma, necessário a modificação das especificações apontadas, bem como a exclusão das exigências relacionadas, vez que impedem a participação de diversas empresas no certame, diminuindo e restringindo a livre disputa e o melhor preço à administração, ferindo de morte os princípios constitucionais que fundamentam a existência da modalidade Pregão.

Tais exigências já foram objeto de análise pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que em diversas Representações, decidiram por determinar que as especificações sigam o mínimo previsto nas regras do produto, vejamos:

"EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. REGISTRO DE PREÇOS. MATERIAL DE DECORAÇÃO, DE ESCRITÓRIO E ESCOLAR. ESPECIFICAÇÕES EXCESSIVAS. PROCEDÊNCIA.

1- A caracterização pormenorizada, com especificações alongadas e pouco usuais atenta contra o disposto no art. 3º, II, da Lei nº 10.520/02.

2- A exigência de certificações de origem ou qualidade específicas e exclusivas, ou de um dado modelo de aferição de processo produtivo, quando no mercado existem outros com igual propósito, configura anomalia que fere a isonomia e a competitividade do certame.

...

No que tange à opção por características mais rigorosas do que aquelas previstas na Norma ABNT, não considero suficientes as alegações de defesa.

Sobre o tema, vale reproduzir excerto de voto sob minha relatoria, já destacado no despacho de recebimento da matéria sob rito sumaríssimo, proferido nos TCS-010369.989.16-5 e 010443.989.16-5, acolhido pelo E. Plenário em sessão de 06/07/16:

"Acolho, do mesmo modo, o entendimento de Chefia de ATJ no que se refere à injustificada exigência de gramatura da capa e contracapa do mencionado caderno, muito acima do mínimo admitido na norma técnica correspondente."

(29ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno; TCS-017245.989.19-9. e 017247.989.19-7; DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO; DATA DA SESSÃO - 25-09-2019; Relator Conselheiro RENATO MARTINS COSTA)"

"...

Sobre o tema, vale reproduzir excerto de voto sob minha relatoria, já destacado no despacho de recebimento da matéria sob rito sumaríssimo, proferido nos TCS-010369.989.16-5 e 010443.989.16-5, acolhido pelo E. Plenário em sessão de 06/07/16:



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

"Acolho, do mesmo modo, o entendimento de Chefia de ATJ no que se refere à injustificada exigência de gramatura da capa e contracapa do mencionado caderno, muito acima do mínimo admitido na norma técnica correspondente."

Por último, no que concerne à demanda de miolo em papel reciclado branco, mais uma vez aproveito a pesquisa da área técnica para determinar a revisão do edital:

*Acerca da obrigação de que os cadernos tenham "miolo e guarda em papel reciclado branco", entendo **procedente** a impugnação, seja porque desprovida de justificativa plausível, seja porque direciona a compra a fabricantes exclusivos.*

Ademais, em pesquisa na internet tive êxito em encontrar cadernos com "papel reciclado branco", somente em duas das marcas citadas pela Municipalidade (Jandaia e Panamericana), evidenciando que se trata de uma característica singular, distinta daqueles comumente encontrados no mercado, sob o monopólio de poucos Fabricantes.

Assim, a despeito de duas marcas ofertarem materiais com papéis reciclados branco, as demais empresas consultadas não abrangem cadernos com esta peculiaridade em suas linhas de produtos, e não restou comprovada pela Municipalidade a existência de um mercado fornecedor competitivo, em prejuízo, inclusive quanto aos aspectos da competitividade e da economicidade.

Nessa linha de entendimento, encontra-se a recente Decisão proferida pelo Excelentíssimo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, nos autos dos TCS1104.989.19-9 e 1113.989.19-8, também em sede de Exame Prévio de Edital, onde foi apreciada impugnação idêntica à suscitada na inicial, em Sessão Plenária de 13/02/19, nos seguintes termos:

"Embora louvável o ânimo de consecução da política municipal de educação ambiental, impende enfatizar que, no tocante à composição dos cadernos, o pareamento das exigências de "miolo papel reciclado branco" e atestado "emitido pela Certificadora ABNT" contrasta com o atual estado da técnica, patente a incidência de embaraços físico-químicos e financeiros ao atendimento do quanto anelado em salutar ambiente concorrencial. Desarrazoada, portanto, a imposição de soluções comerciais pouco difundidas, nem ao menos assimilando metodologias alternativas à comprovação da qualidade e segurança das mercadorias, em desabono ao cotejo objetivo que, aliás, em nada se confunde com o enfrentamento de atributos dos fabricantes." (grifei).

(29ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno; TCS-017245.989.19-9. e 017247.989.19-7; DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO; DATA DA SESSÃO - 25-09-2019; Relator Conselheiro RENATO MARTINS COSTA)"



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

Somente devem ser solicitadas exigências de natureza compulsória, ou seja, determinado por Lei.

Mochilas, cadernos, agendas, estojos dentre outros não são obrigados a ter certificação.

Compulsando o Anexo I, verificamos a informação constante em alguns descritivos dos itens, em especial dos cadernos, a descrição:

"O miolo do material deverá estar de acordo com a norma ABNT e o INMETRO. Certificado por pelo menos UM dos selos a seguir: FSC, CERFLOR, PEFC ou ISSO 14.001."

Tendo em vista não ser obrigatório qualquer certificação para o item caderno, a redação da exigência deu azo à dúvida.

A certificação pretendida é do miolo ou do produto?

Como sabemos, no Brasil todas as fornecedoras de papel utilizam florestas comerciais de madeiras plantadas e renovadas, em sua maior parte utilizado o eucalipto, por ter o trato de crescimento e cultivo mais rápido.

Não se utiliza fontes de madeira nativa na produção de celulose, e conseqüentemente no papel utilizado no miolo.

Assim, serve a presente para impugnar a apresentação dos certificados em questão.

Com relação aos itens da presente licitação, que não são considerados material escolar e brinquedos, como por exemplo agenda e cadernos, não é de certificação compulsória, e sim, voluntária.

Pedimos vênha para ressaltar que a exigência de tais selos para esse item / produto afronta contra o caráter competitivo da licitação.

A certificação dos produtos mochila, cadernos, agendas e estojos, **não é obrigatório**, ou seja, não é uma certificação compulsória, sendo apenas voluntária, solicitada espontaneamente pelo fabricante a um Instituto de Certificação.

A exigência deste certificado ou selo faz com que apenas poucas empresas atendam às exigências do Edital, criando obstáculos para a livre licitação e participação de empresas interessadas no fornecimento do material.

A Peticionante não tem como se resignar com essa exigência, ferindo de morte os Princípios Constitucionais que regem a questão, em especial os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade.



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

Cabe dizer que a certificação pretendida é realizada por um organismo não governamental, sendo vedada a chancela do Inmetro, em razão da alteração da Norma que rege a matéria.

Tendo em vista tratar-se de material comum, sem maiores especificações, descabida e ilegal a exigência.

Em alternativa, se assim pretender, que seja esclarecido a dúvida inicialmente apontada, devendo ser explícito se o selo pretendido é do miolo do caderno ou se do produto caderno.

Se for do produto caderno, ilegal a exigência, pois é certificação voluntária.

Já se for sobre o miolo, que seja explícita, que o miolo do cadernos seja de fabricante de papel que detenha certificação, pois tal certificação para fábrica de papel é obrigatória.

DO DIREITO E DA PRESERVAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO

A Impugnante ampara sua pretensão de impugnar os itens do Edital na norma cogente do parágrafo 2º, do artigo 41, da Lei nº 8.666/1993.

É evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com propostas vantajosas à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no inciso I do § 1º, do artigo 3º da Lei de regência, **in verbis**:

Lei nº 8.666/93

"Artigo 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"

Além disso, a Impugnante ampara sua pretensão nos princípios básicos contidos no **art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações)**, bem como na preservação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade,



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e demais princípios correlatos às licitações públicas, **in verbis:**

"Artigo 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

...

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Diante do exposto, insurge o direito líquido e certo, público e subjetivo, da Impugnante e de todos demais participantes, pela estrita obediência à lei, **ex vi** do artigo 4º e seu parágrafo único, da Lei das Licitações, **in verbis:**

Artigo 4º - Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Parágrafo único - O procedimento licitatório previsto nesta Lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Vejamos ainda, o que diz a **Lei 8.666/93** em seu **artigo 30, parágrafo 5º e o artigo 44, parágrafo 1º, in verbis:**

"Artigo 30:

...

Parágrafo 5º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

...

Artigo 44:

...

Parágrafo 1º - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigilo, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes."



OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Endereço: Rua Mário De Alencar, Nº 95 – Laranjal – São Gonçalo - RJ. **CEP:** 24.725-170

CNPJ: 28.067.286/0001-41 - **Inscrição Estadual:** 87.400.000

E-mail: oportune.comercial2017@gmail.com - **Tel:** (21) 2747-3583

DO PEDIDO

Diante de todo exposto, requer o provimento da presente Impugnação, para que esse órgão licitante modifique as especificações dos itens aqui apontados, em especial aos Cadernos, vez que direcionam a licitação para algumas poucas marcas, e ainda, impede a participação de licitantes em razão da não disponibilidade no mercado, e existência de apenas poucos fabricantes, bem como seja reformulado o Edital no tocante aos pontos ora impugnados, para que assim, outros fornecedores possam participar, por ser tal medida de mais inteira e lúdima Justiça, restabelecendo a igualdade entre os licitantes.

Nesses termos, pede deferimento.

São Gonçalo, 16 de maio de 2022.

OPORTUNE COMERCIAL LTDA

Nome: Wagner Pires Bossan

RG: 0022559054-1-DETRAN/RJ

CPF: 018.766.967-88

Cargo: Sócio